

JORNAL DO BRASIL

Informe Econômico

CRISTIANO ROMERO



21 OUT 1998

O peso dos militares

Não há argumento que justifique o privilégio das aposentadorias dos militares. É impressionante que num país pobre e com fortes restrições fiscais como o Brasil o sistema que garante aos herdeiros de militares de alta patente o direito à pensão ainda esteja vigorando.

Os números são claros. Segundo levantamento do Ipea, entre 1995 e 1998, os gastos do governo federal com os inativos cresceram, em média, 6,1% ao ano. Ocorre que, nesse período, as despesas com as aposentadorias dos funcionários civis aumentaram 2,6%. O gasto com as aposentadorias dos militares da reserva subiu, em média, 13,2% ao ano. Pulou de 13,5%, em 1995, da despesa total da União com pessoal para 19% em 1998.

O que é mais grave é que, atualmente, os desembolsos do Tesouro Nacional para os militares da reserva e seus parentes já representam 37,5% de toda a despesa do governo com os inativos. Como os militares contribuem residualmente para suas aposentadorias – 1,6% a título de pensão, 3,5% para um fundo de saúde e 1,5% para assistência social – e os da reserva não contribuem com nada, trata-se, provavelmente, do problema previdenciário mais grave do país.

“O problema do gasto com pessoal é cada vez maior com os inativos, e o gasto com os inativos é cada vez mais um problema com os inativos dos militares”, sustenta o economista Fábio Giambiagi, que trata da questão no livro *Finanças públicas no Brasil*, uma verdadeira bíblia sobre o problema fiscal brasileiro, escrito a quatro mãos com a economista Ana Cláudia Além.

Os números levantados pelo Ipea, e que estão citados no trabalho de Giambiagi e Além, mostram que a despesa com os militares da reserva representa 64,8% do gasto total do governo com os soldos dos militares. Há, portanto, um evidente desequilíbrio entre o grupo que está na ativa, e hoje contribui, mesmo que de forma insuficiente, para a aposentadoria, e o que já se aposentou. A instituição da contribuição previdenciária, bem como o fim dos privilégios, é, por essa razão, urgente.

Proporcionalmente o problema dos militares inativos é ainda maior. Dados oficiais mostram que, do total de aposentados do serviço público (cerca de 540 mil pessoas), 127 mil são militares. Ou seja, 23% dos inativos da União respondem por 37,5% da despesa com aposentadorias. A relação diminui um pouco – vai a 31% dos inativos – quando se incluem os pensionistas, que, no caso dos militares, por motivos óbvios, superam o número de militares da reserva.

A polêmica do café

O Brasil produz 24,8 milhões de sacas de café por ano e consome 12 milhões. Hoje, o Funcafé tem em seus estoques 8,4 milhões de sacas. Na semana passada, o Conselho Deliberativo da Política do Café (CDPC), instância onde têm assento representantes do governo e do setor privado, aprovou operação que tem provocado uma certa celeuma.

A operação consiste num empréstimo, em que o produtor de café solúvel recebe uma determinada quantidade de café estocado e, no prazo de três anos, a devolve ao governo, pagando o empréstimo também com café. No primeiro ano da operação, o tomador do empréstimo é obrigado a devolver 40% do café recebido, 20% no segundo ano e o restante no terceiro.

O financiamento está limitado ao uso do produto para exportação de café solúvel, até o limite total de 70 mil sacas por mês ou 840 mil em um ano, o equivalente a US\$ 120 milhões (cerca de R\$ 240 milhões). Trata-se, portanto, de desovar 10% do estoque mantido pelo governo.

A operação faz parte da estratégia do CDPC para recuperar o preço do café, que atingiu uma de suas piores cotações nos últimos anos – a saca chegou a ser cotada a US\$ 115 (R\$ 230) no mercado internacional. Na quinta-feira passada, dia em que a reunião aconteceu, a saca de café chegou a valer US\$ 160. O setor exportador, não o de solúvel, mas o de grão, não gostou. Considerou a decisão um privilégio. Além disso, o aumento dos preços vai diminuir a competitividade do setor no mercado internacional.

Há argumentos em defesa da operação que devem ser considerados. O primeiro é o de que o café estocado é velho, da safra de 10 anos atrás. Os produtores pagarão o empréstimo com café novo. Além disso, a exportação de café solúvel está fora das cotas de venda impostas ao Brasil pela Associação dos Países Produtores de Café.